

GESTÃO ■ Edifício abrigava serviços administrativos da Secretaria

Fim de aluguel reduz despesa mensal da Saúde em R\$ 90 mil

Priscila Machado

O governador José Roberto Arruda (DEM) fez ontem a entrega simbólica de um prédio que era alugado há quatro anos pela Secretaria de Saúde. A medida visa conter gastos. O imóvel devolvido ontem tem mais de 8 mil m². Com o aluguel, o governo gastava R\$ 90 mil por mês.

O edifício fica no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). Lá, trabalhavam 815 servidores da saúde. Eles foram levados para o Palácio do Buriti, Hospital de Base e para o Parque de Serviços da secretaria, que também fica no SIA. Todos imóveis próprios do GDF.

Ontem, o governador disse que a devolução dos imóveis alugados é uma economia importante para o governo.

— Vim aqui pessoalmente fazer a devolução das chaves do imóvel ao seu proprietário. O governo está em um esforço

contínuo para diminuir gastos. Esse aluguel custava R\$ 90 mil por mês ao governo, dinheiro que era público, vinha de impostos. Com isso, os recursos passarão a ser gastos na área fim, no atendimento de saúde. O valor será gasto não em aluguel, mas com as pessoas, na saúde — disse.

O proprietário do imóvel, o empresário Sebastião Valadares, disse estar feliz com o fim do contrato com o Governo do Distrito Federal. Segundo ele, o governo pagava menos do que o valor de mercado.

— O valor pago pelo governo era menos da metade do que o valor de mercado, por isso não fiz nenhuma objeção em aceitar a devolução do imóvel. O contrato só venceria em 2008, mas aceitei a quebra de contrato sem cobrar multa por isso. Farei um melhor negócio agora — disse o empresário.

De janeiro para cá, o GDF cancelou o aluguel de 128 imó-



Arruda diz que é mais uma medida para diminuir o gasto público

veis, o que representa 59% dos espaços alugados. Em 10 meses, as devoluções representam uma economia de R\$ 6,5 milhões. Antes, a cada mês, o governo gastava R\$ 2,3 milhões somente com aluguel.

— Agora, falta a desocupação

dos imóveis utilizados pela Secretaria de Fiscalização, Secretaria de Fazenda e pelo SLU. Isso será feito assim que for liberada a ocupação de um espaço na Rodoferroviária, que depende ainda de um acordo com a União — disse Arruda.

do governo federal quanto do GDF, são investidos no programa e que as afirmações da deputada são improcedentes.

— Não há falta de ambulâncias, apenas uma está parada, em razão de um acidente de trânsito. Os recursos do Samu são aplicados no programa, temos 30 processos de licitação

Coordenação do Samu confirma que das 37 ambulâncias 10 estão paradas por falta de equipamento

para compra de novos equipamentos e faremos, em breve, concurso público para contratar médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem — disse o subsecretário.

O atendimento do Samu é prejudicado pela falta de recursos humanos. Dos 800 funcionários, apenas oito têm dedicação

exclusiva. Não existe quadro próprio de funcionários do programa, os servidores são locais em outros locais da Secretaria de Saúde e trabalham no Samu por meio de hora-extra. Na representação encaminhada ao MPC/DF, a deputada Érica Kokay afirma que o pagamento de horas extras é excessivo e custa mensalmente R\$ 2 milhões por mês.

De acordo com o coordenador do Samu, é necessária a contratação de pelo menos 150 médicos, trabalhando em regime de 20 horas semanais.

No dia 24 de julho, o **Jornal do Brasil** publicou reportagem que mostrou que quase 1/3 das ambulâncias estava parado no pátio do Samu. Na ocasião, o médico Rodrigo Caselli, coordenador do Samu, afirmou que os veículos estão em perfeita manutenção, mas não podem ser utilizados porque faltam equipamentos básicos, como o desfibrilador, bolsa para medicação e respirador.

■ MP exige devolução de R\$ 205 mi

O secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, disse ontem que ainda não foi notificado pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a necessidade de devolver aos cofres públicos cerca de R\$ 205 milhões.

— Ainda não chegou nenhum registro oficial sobre isso, quando chegar, a Secretaria de Fazenda tomará as medidas cabíveis — disse.

Na semana passada, o MPF ajuizou ação civil pública para que a Justiça Federal condene o DF a fazer o ressarcimento de cerca de R\$ 205 milhões, corrigidos monetariamente. O órgão afirma que não foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, os percentuais mínimos exigidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000. Estes valores são referentes ao período entre 2001 e 2004, governo de Joaquim Roriz. A ação está na 13ª Vara da Justiça Federal no DF.

Ontem, o secretário afirmou que, atualmente, o DF investe em saúde mais do que o exigido por lei.

— Aplicamos entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões por ano na saúde. Isso representa 15% do que é arrecadado em tributos. O percentual é maior do que a média nacional, de 13,4%. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o DF está em segundo lugar em índices de investimento em saúde com relação ao que arrecada — disse o secretário.

De acordo com a constituição, à União, estados, municípios e o DF, devem aplicar recursos mínimos derivados da receita de impostos em ações e serviços públicos de saúde. Mas, de acordo com o procurador da República Peterson de Paula Pereira, isso não foi feito pelo DF entre 2001 e 2004. A constatação foi feita por ele, após pedir auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), para verificar o cumprimento da lei no DF.

A auditoria afirmou também que, mesmo com o não investimento do percentual mínimo em saúde, o Tribunal de Contas do DF apontou o cumprimento da aplicação destas verbas pelo GDF. No período analisado, o TC/DF registrou superávit, ou seja, o DF teria aplicado um valor maior do que o exigido por lei.

■ Promotoria pede que TCU investigue gastos com Samu

O Ministério Público de Contas do DF pediu ao Tribunal de Contas do DF como estão sendo empregados os recursos destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O MPC/DF recebeu representação da deputada Érica Kokay. De acordo com ela, o GDF não cumpre com a cota de 50% das despesas do Samu e por isso o serviço está precário, faltam funcionários, material médico e manutenção das ambulâncias. A deputada afirma ainda que os veículos do Samu são desviados de função e usados pela Secretaria de Saúde para transportar pacientes de um hospital para outro.

O coordenador do Samu, Rodrigo Caselli, confirma. Das 37 ambulâncias do Samu, 10 estão paradas, em razão da falta de equipamentos e funcionários. O Samu recebe 3 mil ligações por

dia, mas em razão dos problemas, só consegue atender 60% das solicitações.

O Samu começou a funcionar em agosto de 2005. O programa é parceria entre o governo federal e o GDF. As despesas de custeio e manutenção são de responsabilidade compartilhada. A cada mês, o Ministério da Saúde (MS) repassa R\$ 586 mil ao programa, por meio do Fundo Nacional de Saúde. A Secretaria de Saúde deveria investir o mesmo valor também mensalmente. Porém, como o programa não está funcionando adequadamente, o MPCDF vai abrir processo para investigar se as verbas destinadas ao Samu são usadas pela Secretaria de Saúde em outros programas.

O subsecretário de Atenção à Saúde, Milton Menezes, disse que os recursos do Samu, tanto